

O ENSINO DA HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS DE QUIXADÁ: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DOCENTE

Valéria Soares de Oliveira

Professora Especialista, Docente da Faculdade Católica Rainha Sertão.

valeriasoares@fcrs.edu.br

RESUMO

O trabalho ora apresentado resulta de uma pesquisa de campo realizada com doze professores de história que atuam em escolas públicas de ensino fundamental e médio da cidade de Quixadá e tem como objetivo analisar como está sendo realizada a inserção do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira das escolas da educação básica do município. Para tanto foi necessário investigar a realização do trabalho de coordenação por parte dos órgãos responsáveis pela gestão educacional local (Secretaria Municipal de Educação e CREDE 12) para com os professores no tocante a aplicabilidade da lei 10.639/03 e perceber as semelhanças e divergências presentes nas respostas dos referidos para compreender até que ponto a legislação brasileira está sendo aplicada no cotidiano escolar de forma a efetivar a normatização nacional. Tendo por fundamentação teórica autores que trabalham o ensino da História, especialmente, Elza Nadai, José Carlos Libânio e Circe Maria Fernandes Bitencourt, e, como fontes documentais, a Lei 10.639/03 e a lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Palavras-Chaves: Ensino, História, Cultura, Lei 10.639/03, Educação Africana e Afro-brasileira.

ABSTRACT

The work presented here is clear from a field survey conducted with twelve history teachers working in elementary and middle public schools on the city Quixadá and aims to analyze how it is being carried out the history of education integration and african culture and african-brazilian schools of municipal basic education. Therefore, it was necessary to investigate the responsible bodies of the part by coordination work accomplishment for education management local (Municipal Education and Crede 12) with the teachers no regard to applicability of the law 10.639 / 03 and see how similarities

and disagreements gifts in the said paragraph replies understand to what extent the brazilian legislation is being applied there everyday school life in order to carry out the national standardization. Having by theoretical foundation authors who work the teaching of history, especially Elza Nadai, José Carlos Libânio and Circe Maria Fernandes Bitencourt, and as documentary sources, the law 10.639 / 03 and law 9,394 / 96 establishing as Guidelines and Bases education.

Keywords: Education, History, Culture, Law 10.639 / 03, African and Afro-Brazilian Education.

1. Os Aspectos da Realidade da História Africana e Afro-Brasileira nas Escolas Públicas de Quixadá

A priori abordaremos sobre o estudo do cotidiano do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em algumas Escolas Públicas da cidade de Quixadá. Através da análise do trabalho de campo realizado, onde vivenciamos momentos singulares que viabilizaram nossa compreensão acerca do contexto no qual o objeto de nossa pesquisa está inserido.

Procuramos analisar de forma crítica o espaço educacional quixadaense no tocante a promoção de uma educação básica de qualidade, pautada na execução da proposta imposta pela Lei Federal de nº 10.639 de 2003 de incluir o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos oficiais das escolas de educação básica do país, bem como os desafios e paradigmas a serem quebrados no cotidiano das escolas públicas da urbe, concernente a essa reconfiguração da educação nacional.

Ao adentrarmos o universo escolar, nos deparamos com diversas situações que nos fizeram perceber a complexidade do assunto abordado e nossa responsabilidade em compreender as informações adquiridas e analisá-las de forma clara e honesta, pelo menos a partir da nossa percepção do que venha a ser honestidade e precisão em uma pesquisa histórica.

Antes de tentarmos compreender de que forma estão sendo realizadas as atividades escolares referentes à lei supracitada no contexto quixadaense, precisamos perceber o importante papel da instituição escola, bem como do corpo docente que a compõe, e, que, por sua vez, viabiliza a consecução dessas propostas educacionais.

Tentando apresentar de forma clara e objetiva a complexidade dessa realidade, que contempla o cenário nacional, e, por conseguinte, o local, salientamos a fala de Libâneo (2005):

Com efeito, a escola é instância integrante do todo social, sendo afetada pela estrutura econômica e social, pelas decisões políticas e pelas relações de poder em vigor na sociedade. Assim as políticas, as diretrizes curriculares, as formas de organização do sistema de ensino estão carregadas de significados sociais e políticos que influenciam fortemente as ideias, as atitudes, os modos de agir e os comportamentos de professores e alunos, bem como as práticas pedagógicas, curriculares e organizacionais. Isso mostra que há uma relação de influência mútua entre a sociedade, o sistema de ensino, a instituição escola e os sujeitos – ou seja, as políticas e as diretrizes do sistema de ensino podem exercer forte influência e controle na formação das subjetividades de professores e alunos. LIBANEO, 2005. P. 297

Percebemos, nas práxis, o poder da instituição escola na formação crítica de educadores e educandos, bem como seu importante papel na construção de uma nova realidade educacional. Papel que vai para além da adesão e execução das propostas governamentais que ultrapassam os muros das escolas e adentram a vida social e política dos indivíduos pertencentes a esses grupos. Assim o espaço escolar pode ser considerado propício a composição e reprodução de pensamentos, conhecimentos e ideais coletivos.

Por outro lado, é válido salientar a singular importância da participação e integração do corpo docente das escolas, para que a proposta da Lei Federal 10.639/03 seja efetivada, sem, no entanto, prejudicar as demais diretrizes impostas na legislação educacional, bem como os demais temas a serem abordados, simultaneamente, as disciplinas obrigatórias, pertencentes à grade curricular da educação básica.

Na tentativa de otimizar os resultados de nossa pesquisa, elaboramos um roteiro de perguntas para que seguíssemos a mesma linha de raciocínio no momento da realização de nossas entrevistas com os professores lotados nas escolas públicas de níveis Fundamental e Médio da cidade de Quixadá.¹

Primeiramente, fizemos um levantamento quanto a formação acadêmica de nossos entrevistados, bem como as disciplinas que os mesmos lecionam, para analisarmos traços e características na atuação desses quando do processo de ensino aprendizagem.

Levamos em consideração que, ao não ser preparado para atuar em uma determinada área de ensino, o educador, possivelmente, pode vir a apresentar déficits e ou dificuldades quanto a explanação de determinados assuntos abordados em sala de aula.

¹ O questionário norteador de nossas entrevistas encontra-se nas páginas de anexos deste trabalho.

Todavia, compreendemos que não há uma regra que determine o que estamos apresentando aqui, como apresenta Bittencourt em sua obra “Ensino de História: Fundamentos e Métodos”, afirmando que:

A articulação entre as disciplinas escolares e as disciplinas acadêmicas é, portanto, complexa e não pode ser entendida como um processo mecânico e linear, pelo qual o que se produz enquanto conhecimento histórico acadêmico seja (ou deva ser) necessariamente transmitido e incorporado pela escola... os objetos diversos impõem seleções diversas de conteúdos e métodos. A formação de professores, por outro lado, vem dos cursos superiores e, nesse sentido, é preciso entender a necessidade de diálogo constante entre as disciplinas escolares e as acadêmicas. BITTENCOURT, 2008. P. 49

Nesse sentido, devemos ponderar ao associarmos desempenho profissional com conhecimento científico. Ou seja, precisamos discernir entre o que pode e ou precisa transpor o âmbito acadêmico e adentrar o universo escolar, e, o que de fato não pode ser adaptado a esse cenário educacional, pois, não basta uma formação na área para a realização de um bom trabalho na escola.

Mesmo sabendo da lacuna existente entre a teoria acadêmica e a realidade das escolas quixadaenses, chegamos à conclusão de que os seis professores entrevistados que atuam no nível médio são formados na área. Por outro lado, os que atuam no nível fundamental, não compreendem essa totalidade, dos seis professores entrevistados, dois, ingressaram na carreira docente com nível médio e, depois cursaram pedagogia ou áreas afins.

Apesar de não serem representados em totalidade, existe um percentual considerável dentre os professores entrevistados que atuam em nível fundamental que são formados em história. No entanto, esses docentes, mesmo com graduação ou especialização na área, acabam trabalhando com todas as matérias escolares para suprir as necessidades das escolas.

Percebemos isso na fala de uma das professoras de história:

Para fechar minha carga horária de 40hs semanais em sala de aula ministro as seguintes disciplinas no Ensino Fundamental II (6º aos 9º Anos): HISTÓRIA, GEOGRAFIA, RELIGIÃO, ARTES, INGLÊS E ED. AMBIENTAL. (MARINHO, 2011)

Realidade reforçada na colocação da professora que chamaremos aqui de Beatriz Tabosa, pois a mesma pediu para não mencionássemos seu nome:

Trabalho 40 horas semanais em uma escola afastada do Centro da cidade, lá ministro aula de português, história, geografia e religião. Ou seja, não disponho de muito tempo para preparar tantas aulas para diferentes turmas, isso acaba diminuindo meu desempenho. (TABOSA, 2011)

Essa realidade, vivenciada pelos professores entrevistados que atuam nas escolas públicas municipais, contribui para que o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, bem como o ensino dos demais temas pertencentes à educação básica, sejam

explanados superficialmente, resultando na aplicação de conteúdos genéricos, difíceis de serem administrados pelos professores e assimilados pelos alunos.

Conseguimos reforçar a visualização dessa dificuldade na colocação da pedagoga, Lucileide Lima (2011), quando a mesma, ao ser indagada sobre como trabalha a temática da história e cultura africana e afro brasileira nas aulas de história, afirma que *por ser polivalente e só ter uma aula de história por semana, não dá para aprofundar no conteúdo. Trabalho através de textos e gravuras e também conversas no círculo.*

Identificamos nas falas das educadoras supracitadas que existem muitos desafios a serem enfrentados pelos professores que atuam na educação básica. Desafios que vão para além do despreparo teórico por parte desses para trabalhar determinados assuntos em suas aulas. Vimos, que os mesmos, precisam atuar em diferentes turmas e matérias, e, para tanto, não dispõem de muito tempo, pois a maioria trabalha 40h por semana.

Acreditamos, a partir da análise das entrevistas realizadas que, um dos grandes desafios da educação básica quixadaense é a efetivação de uma reorganização quanto ao trabalho desenvolvido por professores, no que concerne a execução de uma educação pública de qualidade. Para tanto, seria necessária, a redistribuição de professores para suas respectivas áreas de atuação, bem como, a redução da carga horária de trabalho dos mesmos, para que esses pudessem dispor de algumas horas do dia para pesquisar e preparar melhor suas aulas.

Outra questão abordada em nossa pesquisa refere-se ao tempo em que nossos entrevistados atuam na área educacional, enquanto professores da disciplina história. Nesse quesito, todos apresentam experiências que variam entre três a vinte anos, o que nos ajuda a verificar as peculiaridades das respostas obtidas nas referidas entrevistas.

2. O Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na visão dos professores da educação básica Quixadaense.

Enfatizamos, a partir de agora, as falas dos professores de história entrevistados que atuam em escolas públicas de nível Fundamental e Médio da cidade de Quixadá, procurando perceber determinadas questões em suas colocações.

Para tanto, consideramos as visões dos mesmos e buscamos compreender as particularidades apresentadas por esses no momento em que expressam seus

conhecimentos acerca da lei 10.639/03 e sua proposta educacional, tentando compreender ao máximo as visões e interpretações dos entrevistados no que se refere a inserção da temática africana e afro brasileira no calendário escolar.

Nesse contexto, salientamos a fala de três professores, no momento em que perguntamos se eles conhecem a referida lei.

Antônia Leuzenir (2011), professora de História e Geografia, responde: *É a lei que inclui no currículo a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira”*.

Carlos Firmino (2011), professor de História e Religião, do Ensino Fundamental, enfatiza que *com relação a Lei, acho que é uma forma de amenizar a dívida social com os povos afro-brasileiros e africanos*.

Ana Amélia, professora de História, geografia e sociologia, por sua vez, salienta:

A Lei nº 10.639/03, que acrescenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional o Art. 26-A, dispositivo que obriga a inclusão do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos oficiais das escolas da rede pública e particular de ensino, foi uma conquista do Movimento Negro, dentre outras lutas empreendidas pela população negra e afro descendente desde o período em que foram duramente escravizados no Brasil. (BRASIL, 2011)

Percebemos nessas explicações que esses professores compreendem o contexto no qual o ensino da história e cultura Africana e afro-brasileira fora inserido nas escolas de educação básica do país, como resultante de lutas políticas do movimento negro e grupos afins, como salientou a professora Ana Amélia, e não como uma “boa ação” do governo federal. Essas percepções contribuem para qualificação no momento da efetivação do ensino da história africana e afro-brasileira no interior das salas de aula.

As concepções ora apresentadas nos ajudam a compreender que esses educadores demonstram conhecer a realidade vivida por esse grupo que sempre esteve à margem da sociedade brasileira, vitimados, pelas mais diversas formas de preconceito sociocultural e racial. Esse fator torna-se singular no momento de explanação das aulas que abordam a referida temática, não para enaltecer a imagem dos povos africanos e afro-brasileiros em detrimento das demais etnias formadoras da história e identidade nacional, mas para equipara-los às mesmas.

Nessa perspectiva, nossos entrevistados, enfatizam a promulgação da lei 10.639/03 como forma de compensação da dívida social que o Brasil tem com a sociedade negra residente no país. No entanto, é necessário que compreendamos a complexidade da questão, pois existe uma relevante distância entre a promulgação da lei e a aplicação da

temática africana nas aulas da educação básica nacional e a erradicação do preconceito racial presente no país desde sua colonização.

Essas visões, demonstram que os professores entrevistados apresentam um conhecimento prévio no que se refere a Lei 10.639/03 e sua proposta educacional, o que nos possibilitou a abordagem de outros assuntos concernentes ao tema.

No entanto, encontramos em algumas respostas uma padronização, que nos levou a questionamentos sobre até que ponto esses educadores compreendem a proposta educacional imposta na referida lei, pois, ao refletirmos sobre a inserção da temática em questão nos currículos escolares, buscamos compreender, sobretudo, como os professores absorvem essa mudança no cotidiano escolar.

Existem complementações, nas falas desses profissionais quando indagados sobre suas opiniões com relação a aplicabilidade da temática africana e afro-brasileira nas salas de aula que nos intrigava e ao mesmo tempo instigava.

Por exemplo, Geovane Damasceno (2011), professor de História, do Ensino Médio, observara que *é muito importante porque possibilita uma maior compreensão e valorização da contribuição da cultura negra na formação do Brasil.*

O referido professor salienta a importância do conhecimento da cultura africana e afro-brasileira por parte dos alunos, para que os mesmos possam compreender a complexidade da história do Brasil.

Krisne Barros, professora de História, do Ensino Fundamental, demonstra certa insatisfação ao responder essa questão, pois, segundo a mesma, para se realizar um trabalho mais eficiente com relação à inserção da temática africana e afro-brasileira *tem que ter mais profundidade, cobrança na aplicação da Lei, pois a Escola deixa tudo a cargo do professor, sem dá qualquer explicação.*

Percebemos na fala da referida professora, que ela sente falta de apoio por parte dos gestores, responsáveis pela escola, para a promoção de projetos e ações que viabilizem o ensino da história e cultura Africana e Afro-Brasileira. E, ainda enfatiza seu despreparo teórico para trabalhar essa temática, afirmando que, realiza pesquisas individuais para conseguir melhorar seu desempenho e ministrar suas aulas sem gerar prejuízos aos seus alunos.

Outro professor ao ser questionado, enfatiza:

...a aplicabilidade da Lei deixa muito a desejar, pelo menos dentro daqueles objetivos propostos por ela, pois, tenho vários colegas professores de História que praticamente não abordam a temática africana e afro-brasileira em sala de aula, a não ser daquele modo pontual que nós já conhecemos: no dia da Consciência Negra, da Abolição. (BRITO, 2011)

Percebemos na fala de Saraiva um descontentamento quanto a realização desse trabalho no interior das salas de aula. O professor salienta a questão da tarefa realizada por alguns colegas de forma pontual. Verificamos que ele, por sua vez, trabalha em projetos que perpassam o interior das salas de aula e ganham destaque no cenário local.

Ainda nesta perspectiva, o referido afirma que, o tema chama a atenção dos alunos, ao mesmo tempo em que desperta nos mesmos, reações diversas. Nesse sentido o mesmo descreve:

Geralmente, esse tema prende a atenção dos alunos, por se tratar de algo novo. Muitas vezes quando apresento slides apresentando algumas nuances da cultura ou da história africana, muitos alunos se surpreendem ou riem quando observam alguns traços culturais ligados a rituais religiosos ou mesmo acessórios femininos muito diferentes daqueles usados pelas mulheres da nossa cultura. Fica evidente o preconceito gerado a partir da comparação com os nossos elementos culturais, e daí a gente percebe o quanto nossos alunos desconhecem a cultura afro-brasileira. (SARAIVA, 2010)

A postura dos alunos nas aulas que abordam a temática africana e afro-brasileira, mencionada pelo professor evidencia, como o mesmo enfatiza, o preconceito resultante do desconhecimento dessa cultura. No entanto, tal situação não pode ser considerada isolada, pois, existem outros professores que comungam com sua opinião.

Constatamos isso na colocação feita pela professora Naiara Fernandes (2011), quando a mesma salienta que *no início eles riem, muitas vezes não se reconhecem como herdeiros dessa cultura, mas aos poucos vamos trabalhando, informando e eles começam a perceber semelhanças.*

Nessa mesma perspectiva, Carlos Firmino, enfatiza que *alguns alunos mantêm sua postura racista, outros, mudam sua visão e passam a ter mais curiosidade sobre sua própria história.*

O professor Geovane Rodrigues, nos apresenta uma abordagem que, ao mesmo tempo, complementa e diverge das supramencionadas, afirmando que, a reação dos alunos durante as aulas que abordam a temática africana e afro-brasileira, *geralmente é de indignação com o tratamento e o reconhecimento que se deu a ainda se dá a essa cultura.*

Frente aos depoimentos apresentados, conseguimos perceber, a partir do olhar dos professores, que existem diferentes posturas apresentadas pelos alunos nas aulas que abordam a temática africana e afro-brasileira e essa realidade reflete nos trabalhos realizados por esses docentes no cotidiano escolar.

3. O Desafio de Ensinar a História Africana e Afro-Brasileira

Com relação às demais questões abordadas nas entrevistas que buscam compreender a visão dos professores acerca da miscigenação e contribuição da cultura africana e afro-brasileira na construção da história nacional, observamos que, esses, comungam da mesma opinião, pois veem a mistura racial como algo positivo para a sociedade brasileira.

Vejam algumas considerações que foram salientadas por nossos entrevistados:

A mistura de raças contribui para formação de nossa identidade cultural, sobretudo na formação étnico-brasileira que se deu por meio de um processo contínuo, rico e diversificado, sendo marcante, por exemplo, na literatura, na língua falada, no vocabulário, na música, na dança, na alimentação, na religião, no vestuário e na ciência. (BRASIL, 2011)

Nesse trecho, a professora Ana Amélia, apresenta a explanação geral da contribuição dos povos africanos, bem como nativos e europeus, na formação da história e cultura nacional.

Questão reforçada na colocação da pedagoga Lucileide Lima, quando a mesma afirma que *a mistura de raças contribui para o engrandecimento da história do Brasil, tanto nas áreas sociais, quanto na econômica e política.*

Ainda, nessa linha de discussão, Carlos Firmino, afirma que as peculiaridades da nação resultam da miscigenação formadora da identidade brasileira. De acordo com o professor *Somos um país multirracial, portanto, nossa realidade é diferente.*

Essa afirmação apresenta de certa forma, justificativas para algumas particularidades vivenciadas na política social da nação, uma vez que, ao mencionar o Brasil como país multirracial, o professor remete a necessidade de compreensão da complexidade de conviver, com diferentes povos e crenças, dentro de um mesmo território, de forma civilizada e, sobretudo, respeitosa.

A colocação do referido professor, converge com a opinião da Professora Leuzenir, quando a mesma diz que *o Brasil é miscigenado, e isso contribui para a beleza do país, e sua cultura que tem de tudo um pouco.*

Os professores atribuem a beleza e riqueza cultural existentes no país à sua formação intrinsecamente miscigenada, onde diferentes povos, com seus valores, crenças e culturas, conseguiram formar uma sociedade complexa que consegue conviver com tamanha disparidade de forma a misturar todas as crenças e formar uma cultura própria.

Entretanto, quando, inserimos em nossas entrevistas o racismo e a escravidão negra, observamos, através da reação expressa nos rostos de alguns entrevistados, e também em possíveis omissões, que determinados professores ainda se sentem desconfortáveis ao tratar desses assuntos. Essa reação dificultou nossa percepção com relação a análise da opinião dos mesmos no que se refere as temáticas supramencionadas, abordadas em nossos questionamentos.

Percebemos a partir de então que, talvez, alguns desses profissionais que se mostraram cuidadosos ao nos responder as questões propostas, estivessem, de alguma forma, mascarando suas reais opiniões, temendo expressá-las de forma inadequada ou deturpada, em contraponto ao que sugere a lei 10.639/03.

Todavia, alguns professores não se omitiram e expuseram suas opiniões, afirmando que a sociedade brasileira é racista, e, que esse fato está arraigado à história e cultura nacional.

Com relação a essa realidade, Amélia Brasil, salienta:

Os negros são a maioria nos presídios e nas favelas, são a maioria dos analfabetos e recebem os menores salários. O país com maior número de negros do mundo, fora a África não resolveu seu passado. (BRASIL, 2011)

Percebemos na fala da referida professora o descontentamento com a realidade da sociedade brasileira contemporânea, que não superou o escravismo e continua “mantendo”, mesmo que implicitamente, o negro em condição inferior ao branco.

Sabemos que aos poucos essa sociedade vem se reorganizando e reconfigurando tal realidade, porém, não podemos deixar de concordar com a professora no que se refere aos dados mencionados que demonstram a disparidade existente entre a sociedade branca e a sociedade negra no contexto brasileiro, expostos em todos os meios de comunicação. Negar essa situação seria o mesmo que negar a história do Brasil.

Ainda com relação ao racismo, enfatizamos agora a fala da pedagoga, professora de história do ensino fundamental, Lucileide Lima, quando a mesma destaca que *a sociedade brasileira é racista sim! Vemos casos escabrosos que acontece pelo país a fora, principalmente, com a população menos favorecida.*

Carlos Firmino, por sua vez, afirma que *o racismo está em todos os setores da sociedade brasileira.* Ou seja, na colocação desses dois professores vimos opiniões complementares com relação ao racismo presente no Brasil. Enquanto um apresenta o racismo também como forma de preconceito social, o outro enfatiza que essa postura ultrapassa as diferenças sociais e se fundamenta no preconceito racial.

Colocações análogas as essas, são apresentadas por outros professores, porém alguns preferem manter a parcialidade ao serem abordados sobre o assunto. Por esse motivo, percebemos que parte significativa dos professores de história que compõem o quadro educacional quixadaense, apesar de conhecerem a Lei, bem como seu conteúdo obrigatório, ainda demonstram insegurança ao tratar a temática africana, especialmente no que se refere aos assuntos que venham de encontro aos ideais contemporâneos respaldados pela lei 10.639/03.

Constatamos, nas falas dos professores entrevistados que a inserção do ensino da história africana e afro-brasileira no contexto quixadaense encontra-se em fase de adaptações, uma vez que as modificações acontecem em períodos e contextos diferentes, e os educadores abordam a temática de acordo com seus conhecimentos e suas limitações.

Enquanto alguns educadores apresentam um parco conhecimento da história da África e dos africanos e afro-brasileiros, outros expressaram em suas colocações conhecimentos relevantes e nos apresentaram trabalhos singulares no tocante a inserção do ensino da história africana e afro-brasileira no contexto das escolas públicas locais, dos níveis fundamental e médio da cidade de Quixadá.

4. Coordenação do Trabalho Docente em Quixadá: O Ensino da História e Cultura Africana em Foco

Na tentativa de compreendermos até onde essa nova abordagem educacional contribuiu para a reorganização da educação básica da cidade de Quixadá, analisamos e confrontamos os dados obtidos na CREDE 12 e na Secretaria Municipal de Educação com as informações repassadas pelos professores, no que se refere a execução da coordenação desses trabalhos que abordam a temática africana e afro-brasileira nas escolas desse município.

Inicialmente, destacamos a postura da professora Naiara Fernandes, que atua no ensino médio, quando questionada sobre a existência de um controle e ou coordenação escolar, no que se refere a execução das diretrizes educacionais impostas na lei 10.639/03. A educadora enfatiza que *há uma cobrança maior em “datas comemorativas”, como o dia da consciência negra, mas no dia a dia pouco se cobra sobre esses temas.*

O professor coordenador de área, Francisco Carlos, por sua vez, ressaltou que *sempre no último bimestre do ano letivo, nos é solicitado um relatório sobre os conteúdos relacionados a Cultura Afro-brasileira e História da África trabalhados durante o ano.*

As informações dos entrevistados sinalizam mais uma vez que, o trabalho executado pelos órgãos de coordenação municipal e regional, ocorre de forma pontual, no que se refere a inclusão o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no interior das escolas da cidade de Quixadá.

Carlos Firmino, que trabalha em escola de nível fundamental, pontuou que *não existe um controle propriamente dito. O que fazemos e como fazemos é escrito nos diários escolares e nas culminâncias que fazemos a cada mês.*

Essas questões nos fazem perceber que não há uma continuidade nos trabalhos desenvolvidos pelas instituições que acompanham as atividades escolares, acerca da aplicação e disseminação dos conteúdos ligados à cultura africana e afro-brasileira, durante todo o ano letivo.

Apesar de termos comprovado, por meio, das respostas dos professores, que existe o acompanhamento por parte da CREDE 12 e da Secretaria Municipal de Educação, no que se refere a aplicabilidade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no contexto municipal, percebemos nas respostas de alguns entrevistados, a insatisfação quanto ao processo de supervisão e assistência ao trabalho docente.

Quanto a isso, Beatriz Tabosa, professora do ensino médio, ressalta:

Nós precisamos apresentar um relatório no final do ano para CREDE 12, porém, acredito que essa medida deixa a realização desse trabalho muito solto e a cargo do professor; ou seja, cada um trabalha da forma que acha melhor e isso acaba prejudicando alguns alunos. (TABOSA, 2011)

Essa afirmação é reforçada na fala da professora que atua no ensino fundamental, Krisne Barros, quando a mesma afirmou que *não há um acompanhamento sistemático, apenas uma vez por ano a coordenação pergunta ao professor como ele trabalha essa temática, pois tem que mandar um relatório para secretaria de educação.*

Outros professores expressam total desconhecimento da realização desse trabalho:

Não somos supervisionados. Diante da imaturidade sobre a temática, fica a cargo do professor e da sua consciência e competência trabalhar o tema em foco. (BRASIL, 2011)

Não existe esse controle. Trabalho a cultura africana através de projetos interdisciplinares e de forma paralela e, também, fazendo ligação do assunto com os temas exigidos na grade curricular de cada série. (MARINHO, 2011)

Essas professoras enfatizam que não existe esse acompanhamento das atividades desenvolvidas nas aulas que abordam a temática africana e afro-brasileira e que efetivam

essas atividades por meio de aulas interdisciplinares, confluindo com os demais temários exigidos na grade curricular.

Ou seja, alguns professores, desconhecem o trabalho realizado pelas instituições existentes na cidade de Quixadá, o que nos ajudou a compreender que a realização deste não acontece de forma clara em todas as escolas quixadaenses.

Nos trechos supracitados das falas dos entrevistados, encontramos informações relevantes que nos ajudaram a perceber algumas peculiaridades que elucidaram nossas dúvidas, viabilizaram nossa compreensão, e, por conseguinte, a formação de opiniões acerca da disparidade existente entre o que nos foi apresentado pelas organizações gestoras da educação do município de Quixadá e a realidade no contexto escolar segundo os professores que atuam nas escolas da educação básica municipal.

Enquanto uns conhecem o trabalho desenvolvido pela CREDE 12 e Secretaria Municipal de Educação bem como o processo para a realização do mesmo, outros trabalham em suas aulas a temática sem serem informados por seus superiores sobre o acompanhamento executado pelos órgãos educacionais do município.

5. A Formação e Atuação Teórico-metodológica dos Professores da Educação Básica de Quixadá

No que tange a preparação desses docentes para abordarem essa temática complexa em suas aulas de história, constatamos que mais da metade dos entrevistados não participaram de cursos de formação e a outra metade alega insatisfação quanto ao conteúdo trabalhado nesses cursos, denominando-o como genérico e superficial.

Essas informações resultam da opinião de todos os professores entrevistados, tanto os que trabalham em escolas municipais, quanto nas estaduais.

Vejamos as colocações a seguir:

Nunca participei de nenhum curso ou capacitação sobre o assunto, apenas tive uma disciplina optativa na faculdade, enquanto fazia Licenciatura em História na FECLASC, intitulada História da África. (MARINHO, 2011)

Ainda não tive a oportunidade, mas pretendo participar assim que possível. (BARBOSA, 2011)

Não participei de nenhum curso. Tenho algum conhecimento adquirido através de pesquisas na internet. (LIMA, 2011)

Apesar de ter participado de uma capacitação, não me sinto preparada para trabalhar esse tema a partir do conteúdo abordado na capacitação, porque a temática foi repassada junto a outros temas. (TABOSA, 2011)

Particpei de duas capacitações, mas confesso que não corresponderam às minhas expectativas. Uma delas abordava vários temas desde a educação indígena, educação sexual e diversidade étnico-racial – achei o tempo muito curto para se discutir tantos assuntos. No outro encontro foi abordado apenas alguns traços da cultura afro-brasileira e assim mesmo voltado para a umbanda, religião das duas palestrantes. Para mim ficou um pouco a desejar. (SARAIVA, 2010)

A confirmação desse despreparo teórico apresentado pelos professores dos ensinos fundamental e médio da cidade de Quixadá – tanto os que participaram de cursos e ou palestras, como os que nunca viveram tal experiência – não os desanima no momento de realização das atividades relacionadas a temática supracitada.

Podemos visualizar essa empolgação na colocação de Geovane Damasceno, quando ressalta que passou a pesquisar sobre o tema com mais frequência a partir das últimas exigências educacionais, demonstrando que satisfação em abordar a história africana e afro-brasileira em suas aulas:

Conhecia um pouco da História Africana e estou me aprofundando mais ainda nesse conteúdo. Me sinto entusiasmado e disposto a encarar esse desafio. (DAMASCENO, 2011)

Na mesma perspectiva, Fanete Damasceno afirma que:

Conhecia pouco da História africana, estou aprimorando meus conhecimentos a partir de estudos sobre os conteúdos trabalhados e os que serão trabalhados...é pesquisando e estudando que adquirimos conhecimentos. (DAMASCENO, 2011)

Mesmo vivenciando algumas dificuldades no momento de realização de suas tarefas enquanto educadores, todos os professores entrevistados mostraram-se entusiasmados em trabalhar a referida temática em suas aulas. Porém, reconhecem que precisam adquirir mais conhecimentos acerca da mesma para que possam explicar determinadas questões com maior propriedade e segurança.

Vejamos a resposta da professora Naiara Fernandes quando indagada quanto a sua preparação em trabalhar a temática africana e afro-brasileira em suas aulas:

Sinto-me preparada sim! Mas creio que é preciso mais! Mais informação, mais cursos, mais capacitações, para que a aula não se torne “alegórica” e estereotipada a respeito das sociedades africanas. (FERNANDES, 2011)

Está explícito na fala da referida que existem vários desafios a serem enfrentados pelos professores de história no momento de abordar a temática em questão, que vão para além de conhecimento da história da África e dos africanos, pois, ao enfatizar a necessidade de não tornar as aulas “alegóricas” e “estereotipadas”, a professora

demonstra preocupação quanto ao domínio do conteúdo e reprodução desse ensino no âmbito escolar.

A postura apresentada aponta a preocupação desses docentes em trabalhar o tema imposto pela lei de forma séria e honesta. Tentam realizar um trabalho eficiente e eficaz, para que os educandos não venham a ser prejudicados, tanto na vida escolar, como na vida social, uma vez que é necessário que os mesmos compreendam a complexidade da formação da identidade nacional, para que convivam harmoniosamente em sociedade, respeitando as diferenças.

Nesse contexto, confrontamos informações a respeito do trabalho realizado no cenário local, pelos órgãos gestores da educação quixadaense acerca da temática abordada e a participação dos educadores nesses eventos.

Enquanto nos foi repassado pelos responsáveis da Secretaria Municipal de Educação e da CREDE 12 que existe uma militância dos educadores quixadaenses com relação a inclusão dessa temática no cenário local, durante as entrevistas alguns professores deixaram claro que não participam ativamente dessas atividades.

Constatamos então que, ainda existe uma lacuna entre os trabalhos desenvolvidos no contexto local pelas instituições de coordenação escolar do município de Quixadá e a participação docente. Percebemos essa realidade, durante as entrevistas, pois alguns professores afirmaram não participar desses eventos, apesar de sabermos que eles existem.

Nessa perspectiva, acreditamos que para alcançar melhores resultados no tocante a inserção da referida temática no contexto educacional quixadaense, seja necessário promover a interação entre todos os educadores, independente da área em que esses atuem, para que assim, os trabalhos realizados para qualificar esses profissionais alcancem dimensões maiores e mais satisfatórias para o desenvolvimento educacional local.

Independente dos interesses apresentados pelos professores que atuam na educação básica de Quixadá, a inserção de todos nesses momentos de compartilhamento de conhecimentos acerca a temática africana e afro-brasileira, pode ser considerada necessária, uma vez que, os professores precisam conhecer o tema para apresentá-los e explorá-los junto aos seus alunos.

Até agora, temos observado que a gestão educacional do país lança projetos e leis para serem trabalhados no cotidiano escolar, no entanto, não dão subsídios aos prováveis multiplicadores, para que esses possam executá-los de forma satisfatória.

Por isso, acreditamos que a interação entre professores da educação básica pode modificar essa realidade e promover uma educação de qualidade no que tange a execução das propostas impostas nas diretrizes educacionais. Pois, somente através da troca de informações a respeito das diferenças sociais, culturas e étnicas existentes no país conseguiremos quebrar as barreiras do preconceito e promover a igualdade de direitos e deveres entre todos os indivíduos pertencentes a nação brasileira.

6. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília-DF, 2005.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica no Brasil.** Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Os confrontos de uma disciplina escolar: da História sagrada à História profana.** IN: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH. V. 13; n. 25/26; set. 1992/ago. 1993. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/11470/1/O-Ensino-de-Historia/pagina1.html#ixzz0xF04Mc4e>

Boni, Márcia Regina (UFMT/PPGE/IE). **Formação Docente para a Lei 10.639/03-CEFAPRO/SINOP.** 2007

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e Possibilidades.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs.). Apresentação in **___ Usos & Abusos da História Oral**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998. P. VII-XXV.

Guia para Fóruns de Educação e Diversidade étnico-racial. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Diretoria de Educação para a Diversidade. Coordenação-Geral de Diversidade. Brasília – DF. 2010.

LIBÂNEO, José Carlos; DE OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. 2ª Ed, Editora Cortez, 2005.

LIMA, Ivaldo, Marciano de França. **Ensino de História da África no Brasil: Caminhos e descaminhos de uma luta contra o racismo**. Revista Novas Idéias, Recife, V.1, N.1, P. 053-074, Jan. Jun. 2008

LOIOLA, Angela Gonçalves Nobre. **O Uso do Computador no Ensino de História: Escolas Públicas de Quixadá**. Monografia apresentada ao curso de História da FECLESC/UECE. 2010

MADEIRA, Zelma - Profa. Adjunta da Uece, doutora em Sociologia e coord. do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Etnico-racial do Ceará Fonte: O Povo (CE). Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/11841/o-sistema-educacional-brasileiro-e-da-lei-10.639-no-ce>

MEDEIROS, Ângela Cordeiro. **História e Cultura Afro-brasileira: Possibilidades e Impossibilidades na Aplicação da Lei 10.639/2003**. Revista Ágora, Vitória, n. 5, 2007, p. 1-12.

MUNANGA. K. Lei 10639/03: depoimento. [São Paulo, fevereiro 2005] Entrevistador: Fábio de Castro. Disponível em: <<http://www.reportersocial.com.br/entrevista.asp?id=60>>. Acesso: 13 ago. 2005.

NADAI, Elza. **O Ensino de História no Brasil: Trajetória e perspectiva.** In: Revista Brasileira de História. Dossiê Ensino de História -, São Paulo:ANPUH/Marco Zero, Vol.13, nº25/26, 1992/1993.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos Bancos Escolares. Representações e Imprecisões a Literatura Didática.** Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no3, 2003, pp. 421-461

Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. História e cultura afro-brasileira e africana : educando para as relações étnico-raciais / Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. – Curitiba: SEED-PR, 2006. - 110 p. – (Cadernos Temáticos).

Revista do Professor, Nova Escola. Ed. 187. Novembro de 2005. P. 42-49

RIBEIRO, Marta Pereira da Silva. MASCARENHAS, Suely A. do N. SANTOS, Ednailda Maria dos. **Avaliação do Impacto da Lei 10.639/2003 nos Currículos de Escolas de Humaitá - AM – O Desafio da Educação Étnico – racial.** UFAM. 2009.

RIBEIRO, Matilde. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de história e cultura afro-Brasileira e Africana.** CNE/CP - MEC, Brasília – DF, 2004.

ROCHA, Luis Carlos Paixão da. **Políticas Afirmativas e Educação: A Lei 10.639/03 no Contexto das Políticas Educacionais no Brasil Contemporâneo.** Curitiba: 2006.

SILVA, Antônio Carlos Firmino da. **A Lei 10.639 e Sua Abordagem nos Livros Didáticos de História: A Educação Afro-Brasileira em Questão.** Monografia apresentada ao Curso de História da FECLESC/UECE. 2008.

SILVA, Iraneide Soares da. **As Inquietações no Currículo Educacional a partir da Lei 10639/03.** Padê, Brasília, v. 1, n. 2, p. 33-51, jul./dez. 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. SILVÉRIO, Valter Roberto (Organizadores). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. 270 p.: il.

SILVEIRA, Marta Íris Camargo Messias da. **O Movimento Social Negro da Contestação as políticas afirmativas e a Implicação para Aplicação da Lei Federal 10.639/03 – O Caso da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria - RS.** Salvador, 2009

SOUSA, Maria José Brito de. **O Ensino de História no Ensino Médio de 2005 a 2008: Uma Experiência Docente.** Monografia apresentada ao Curso de História da FECLESC/UECE. 2009.

VIGORITO, Raquel Garcia. **A aplicabilidade da lei nº 10.639/03 nas escolas públicas da cidade de Pelotas/RS.** Apresentado no XVII Congresso de Iniciação Científica: X Encontro de Pós-Graduação realizado durante os dias 11,12, 13 e 14 de Novembro de 2008.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **Novas Bases para o Ensino da História da África no Brasil (Considerações Preliminares).** 2005.

Fontes

BRASIL. [Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm> Acesso em 1º/11/2010.

Diretrizes de Matrícula 2011. Documento pertencente à Secretaria de Educação Municipal.

Relatórios de trabalhos realizados no decorrer do ano de 2010 pelos professores das escolas pertencentes ao Governo do Estado. Disponibilizado na CREDE12 e Diários de registro de aula.

Anexo

Roteiro de perguntas aplicado aos professores de história de escolas públicas de Quixadá

1. Qual seu Nome e sua formação acadêmica?
2. Quais disciplinas você leciona?
3. Há quanto tempo atua na área educacional?
4. Você já ouviu falar da Lei Federal 10.639 de 2003?
5. Qual sua opinião com a relação a sua aplicabilidade nas salas de aula?
6. Você conhece a história da África?
7. Participou de alguma capacitação ou curso que abordasse a temática da história e cultura africana?
8. Enquanto professor de História, como você trabalha em suas aulas a história e cultura africana?
9. Você acha que existe mistura de raças no Brasil? Em sua opinião essa realidade contribui para o país?
10. Considera a sociedade brasileira racista? Por quê?
11. E, a escravidão negra no país, qual sua opinião sobre o assunto?
12. Sente-se preparado para trabalhar um tema tão novo e complexo?
13. Qual postura e/ou reação dos alunos nas aulas em que você trabalha a história africana?
14. Existe um controle no ambiente escolar para saber como você trabalha essa temática? Como o mesmo é realizado?